

# O diálogo com a sociedade

O PRESIDENTE da República respondeu ao clamor generalizado que se ouviu, desde o anúncio dos decretos de 21 de novembro — o Plano Cruzado II. Reafirmou, com isso, a relação de reciprocidade típica de uma democracia: nas democracias, não há autoridades irresponsáveis, autoridades que não possam ser interpeladas pelo povo, detentor original da soberania. O povo brasileiro surpreendeu-se com o Cruzado II e manifestou, com maior ou menor vigor, sua perplexidade e angústia. Isto foi motivo suficiente para que o Presidente Sarney viesse ao rádio e à TV: não era preciso que tal manifestação fosse pertinente, ou procedente. Há, no Brasil de hoje, um diálogo entre Estado e Nação: quando o povo fala, o Presidente sente-se no dever de lhe responder.

MAS UM Chefe de Estado não é um teórico, ou alguém que imponha normas pelo simples mérito técnico destas. É líder de uma coletividade dinâmica, com obrigação de buscar o futuro para o qual apontam as aspirações comuns. Ao buscá-lo, tem que fazer opções: opções que são sempre uma compatibilização de interesses conflitantes; e que, sobretudo, trazem sempre uma carga de ambigüidade — a ambigüidade ausente dos ideais abstratos, mas sempre inerente a qualquer opção concreta.

OS DIVERSOS grupos sociais reagiram a essa ambigüidade. Cobia ao Presidente infundir confiança no povo, persuadindo-o de que as conquistas do Cruzado I tinham que ser preservadas. E nada, absolutamente nada, há no Cruzado II que não seja coerente com os objetivos

do Cruzado I. Coerente e imprescindível, diante de fatos novos, que poderiam levar a "uma situação sem volta".

COMO todo plano, o Plano Cruzado exige corretivos, em função mesmo das respostas que tem recebido: o aumento do consumo, correlativo do aumento do poder de compra dos salários; uma repartição mais equitativa dos custos do desenvolvimento, em razão da própria distinção entre desenvolvimento, meta de política social e o crescimento econômico, obra meramente técnica; e o ajuste da máquina administrativa, a serviço de uma sociedade mais consciente e mais exigente.

RESPONSÁVEL maior pelo Plano e assumindo todos os seus riscos, o Presidente, entretanto, jamais posou de onívore ou infalível, mesmo ao defender um Plano precedido por uma consulta ampla e resultado de uma decisão solidária, não solitária.

O PRESIDENTE não tenta reduzir despesas públicas às custas do desemprego de funcionários; mas ao dizer que busca a racionalidade e a eficiência, deixa a porta aberta para cortar onde estas exigirem que se corte. O Governo entende que os índices de inflação que o Plano adotou, a 21 de novembro, são mais justos, além de mais realistas, que índices enxertados de bens estranhos ao consumo das grandes maioria; mantém-nos, porém, em discussão. E discussão com os novos interlocutores do Governo: "o índice definitivo será discutido com os trabalhadores, buscando o critério honesto e justo".

TEMOS UMA nova economia, que não se arroga a falsa

isenção das chamadas ciências exatas: "a economia não é geometria... será sempre ajustada para corrigir distorções e evitar dificuldades para os brasileiros". Uma economia em que os fatores não são apenas meios de produção, mas pessoas; e em que o produto vai além dos bens de troca, para alcançar, se possível, o bem imaterial da satisfação coletiva e da segurança.

ESSA FILOSOFIA merece certa e reconhecimento bastante, para não ficar sendo examinada à força de palavras de ordem massificantes e demagógicas: é para ser julgada, depois de exaustivamente debatida. Para ser avaliada, depois de conferida e comparada. Ora, os elementos de comparação estão aí, à vista de todos e a própria CUT pede uma das medidas do Plano Cruzado, o congelamento de preços; por que então não discute os caminhos efetivos para torná-lo mais real, que passam por algum tipo de pacto social?

A GREVE é instância posterior à negociação; e esta, à discussão. Na hora em que o Governo se proclama aberto, sem que se lhe possa questionar a sinceridade, e "aberto, a qualquer momento, para renovar suas propostas no pacto social, sem exclusão de ninguém", embarcar o trabalhador brasileiro numa greve geral será comprometê-lo com a irresponsabilidade: será convidá-lo a não responder nunca. Será uma greve para que o trabalhador brasileiro fale sozinho; ou em eco aos comandos. Uma greve política? Não, uma greve contra qualquer política, já que política é diálogo, negociação, concessão.